

Universidade e desenvolvimento regional: a experiência da UFFS

Luis Claudio Krajevski

Resumo

A relação entre universidade e desenvolvimento regional continua sendo objeto de pesquisa em diversas áreas do conhecimento. Ainda que essas análises sejam distintas, estudos de caso têm propiciado maior compreensão sobre o tema. Neste sentido, procura-se examinar a interação entre a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e o desenvolvimento da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. Ao se investigar o histórico de criação da universidade e seu compromisso com a região, é possível identificar algumas idiosincrasias desta relação. Assim, busca-se analisar as formas pelas quais a UFFS tem contribuído com o desenvolvimento regional. Neste contexto, tenta-se verificar a presença de adversidades que atrapalham a universidade no desempenho de suas atividades, em especial, no que se refere ao seu engajamento regional. Os resultados apontam que a UFFS tem uma relação de proximidade com a sociedade regional. Isso pode ser observada nos documentos institucionais, nos cursos ofertados e no funcionamento da instituição. Porém, também há entraves que dificultam o cumprimento de sua missão institucional, além de desafios que precisam ser enfrentados para que seu impacto regional seja mais expressivo.

Palavras-chave | Desenvolvimento regional; Instituições de Ensino Superior; Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul; Universidade Federal da Fronteira Sul.

Classificação JEL | I23 I25 R58

University and regional development: the experience of the UFFS

Abstract

The relationship between university and regional development continues to be the object of research in the most diverse areas of knowledge. Although these analyzes are distinct, case studies have allowed a greater understanding on this topic. In this sense, it is worth examining the link between the Federal University of the Southern Frontier (UFFS) and the development of the MERCOSUL Great Frontier Mesoregion. By investigating the university's history of creation and its commitment to the mesoregion, it is possible to examine some of the idiosyncrasies of this connection. Thus, it is useful to analyze the ways in which UFFS has

contributed to regional development. Moreover, it is salutary to verify the presence of possible adversities that hinder the university regarding the performance of its activities, besides hindering its regional engagement. This work is the result of bibliographic and documentary analysis. The results show that UFFS maintains a close relationship with the regional society. This association can be observed in the institutional documents, the courses offered and the institution itself. However, there are certain obstacles that hinder the fulfillment of this institutional mission, as well as challenges that need to be overcome for the regional impact to be even more significant.

Keywords | Federal University of the Southern Frontier; Great Frontier of Mercosul; Higher Education Institutions; regional development.

JEL Classification | I23 I25 R58

Universidade e desenvolvimento regional: a experiência da UFFS

Resumen

La relación entre universidad y desarrollo regional sigue siendo objeto de investigación de diversas áreas del conocimiento. Aunque estos análisis sean distintos, estudios de casos han permitido una mayor comprensión del tema. En este sentido, se busca examinar la interacción entre la Universidad Federal de la Frontera Sur (UFFS) y el desarrollo de la Mesorregión Grande Frontera del Mercosur. Al investigar la historia de la creación de la universidad y su compromiso con la región, es posible identificar algunas idiosincrasias de esta relación. Así, se busca analizar las formas en que la UFFS ha contribuido al desarrollo regional. En ese contexto, se intenta verificar la presencia de adversidades que obstaculicen a la universidad en el desempeño de sus actividades, en especial, en lo que se refiere a su compromiso regional. Los resultados indican que la UFFS mantiene una relación cercana con la sociedad regional. Esto puede ser observado en los documentos institucionales, en los cursos ofrecidos y en el funcionamiento de la institución. Aun así, existen determinadas trabas que dificultan el cumplimiento de su misión institucional, además de desafíos que deben superarse para que el impacto regional sea más expresivo.

Palabras clave | Desarrollo regional; Instituciones de Educación Superior; Mesorregión Gran Frontera del Mercosur; Universidad Federal de la Frontera Sur.

Clasificación JEL | I23 I25 R58

Introdução

A repercussão de uma universidade sobre uma região pode ocorrer em diversas direções. Para Hoff, Martin e Sopena (2011), por exemplo, estes efeitos podem ser na habitação, transporte e pessoal; no uso dos recursos locais; estímulo a novas empresas/lideranças; incentivo às atividades culturais; serviços públicos e de manutenção e empregos diretos e indiretos. Essas implicações variam de acordo

com o perfil da universidade e da região em si. E é justamente esta diferenciação que impede a uniformização dos impactos das universidades sobre o desenvolvimento regional.

Nem sempre as regiões recebem os impactos anteriormente planejados quando da instalação de uma universidade. Desse modo, estudos de caso que investiguem as relações entre universidades e desenvolvimento regional são cada vez mais positivos e necessários. E esta relação depende de diversas circunstâncias, perfil da universidade e da região propriamente dita. Este trabalho buscará analisar a relação Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) com o desenvolvimento da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul (MGFM).

A UFFS é uma instituição *multicampi* criada em 2009 e em funcionamento desde 2010. A universidade está presente nos três estados da região Sul, mais precisamente, na MGFM e seu entorno. Esta caracterização já indica um caráter diferenciado desta universidade se comparada a outras instituições quanto ao desenvolvimento regional. Outra característica é que a UFFS surgiu da demanda de uma população que não tinha acesso ao ensino superior público e gratuito. Foi a sociedade regional que se organizou e criou o Movimento Pró-Universidade Federal (MPUF).

A criação da UFFS, mediante o compromisso com a região, poderia acarretar numa perspectiva de que o desenvolvimento regional certamente ocorreria. Entretanto, a entrada em funcionamento da universidade não é garantia de que esta situação seja rapidamente observada. Afinal, as especificidades desta instituição e as condições do ensino superior brasileiro podem representar adversidades que dificultam o desenvolvimento da MGFM e seu entorno.

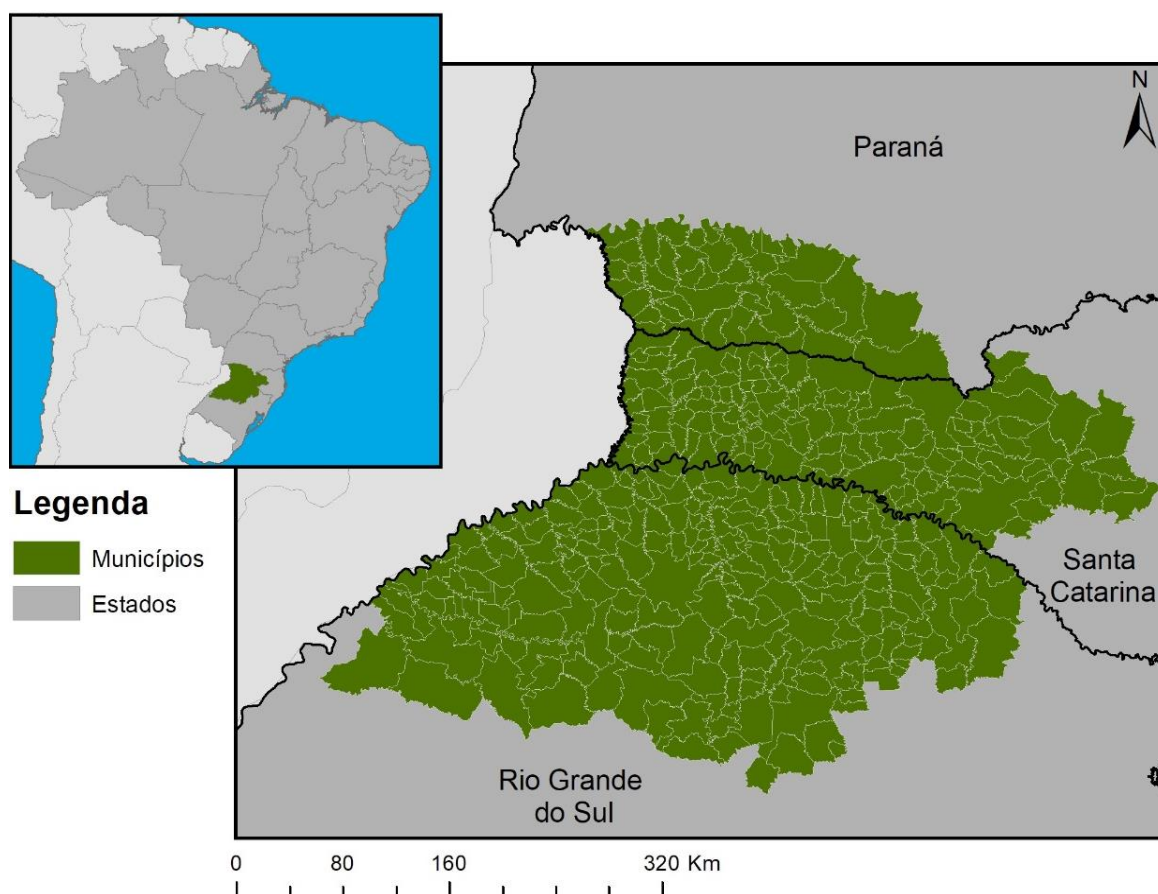
Para o cumprimento deste objetivo, o estudo consiste de análise bibliográfica e documental sobre a UFFS. A revisão bibliográfica buscou discutir elementos que dialogam com o desenvolvimento regional, além de apresentar algumas ideias a respeito da universidade. A pesquisa documental possibilitou analisar algumas características próprias da UFFS. A abordagem dialética foi utilizada visando compreender as contradições relacionadas à MGFM, como também o próprio funcionamento da UFFS diante de seu compromisso com o desenvolvimento regional.

Este trabalho está dividido em cinco seções, incluindo a presente introdução e as considerações finais. A seção seguinte resgata aspectos relacionados ao desenvolvimento regional e a região em questão. Na sequência são discutidos alguns elementos relacionados às universidades, em especial sua influência sobre o desenvolvimento das regiões. Posteriormente, encontra-se a análise da UFFS e o desenvolvimento regional, com destaque para as possibilidades e desafios da instituição. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

A Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul e o desenvolvimento regional

A MGFM está situada na região Sul do país, distribuída pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A região abrange 396 municípios, sendo 42 municípios no Paraná, 131 em Santa Catarina e 223 no Rio Grande do Sul (MI, 2017). A área total da região é de aproximadamente 120 mil km², contendo uma população pouco inferior a quatro milhões de habitantes (MI, 2017). A Figura 1 indica a área de abrangência da mesorregião.

Figura 1 – Localização da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul



Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme observado na Figura 1, a MGFM contempla boa parte do noroeste gaúcho, o oeste catarinense e o sudoeste do Paraná. Segundo Demarco e Maia (2013), a taxa de urbanização da mesorregião, 65%, é um dos indicadores que a diferenciam de muitas mesorregiões brasileiras. Para efeitos de comparação, considerando o Censo Demográfico de 2010, a taxa de urbanização do Paraná é 85.33%, 83.99% em Santa Catarina e de 85.1% no Rio Grande do Sul (ATLAS

BRASIL, 2018). Para além da faixa territorial contínua, a mesorregião inclui microrregiões com características socioeconômicas semelhantes.

Segundo Corazza (2016), a primeira característica da mesorregião seria o isolamento político e o atraso na inserção à economia nacional. Outra peculiaridade de grande importância se refere à formação econômica regional. Para esse autor, ocorreu o estabelecimento de pequenas propriedades agrícolas, inicialmente voltadas à subsistência, posteriormente sendo integradas ao modo de produção capitalista.

Para Demarco e Maia (2013), a região em questão possui algumas barreiras ao seu crescimento e desenvolvimento, tais como: municípios com pouca capacidade de arrecadação, escassez de recursos, perda de dinamismo e competitividade da economia regional, dificuldades da inserção da produção agrícola (pequenas propriedades), além de outros problemas sociais (saúde e educação), o que levaria à perda da população regional em virtude da emigração para outras regiões. Dessa maneira, a busca pelo desenvolvimento regional requer a superação desses problemas.

Esta descrição é útil no sentido de conhecer alguns traços socioeconômicos da mesorregião como um todo. Mas, obviamente, existem diferenças que devem ser consideradas. O próprio Corazza (2016) menciona que a crise que afetou a agricultura familiar, embora ocorrida na mesma época, produziu resultados diferentes nas microrregiões. Mas outras questões podem ser examinadas, como políticas estaduais de desenvolvimento regional, diferentes períodos de colonização, fenômenos políticos, sociais e econômicos específicos, entre outros. Isso não significa mitigar as idiosincrasias da mesorregião como um todo, apenas ressaltar as prováveis diferenças entre as microrregiões que integram a MGFM.

Outra característica da mesorregião de significativa relevância se refere à ausência de ensino superior público e gratuito na maior parte da região (TREVISOL, 2016). Embora o sudoeste do Paraná já contasse com instituições de ensino superior, o mesmo não acontecia em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Diante deste cenário, se constituiu o MPUF em 2005, incluindo a demanda dessa mesorregião por uma universidade federal, pública e gratuita. Aliás, esta é uma das particularidades dessa universidade. Sua origem é claramente diversa da grande maioria das universidades federais brasileiras, afinal partiu de uma região singular, com pouco poder econômico e político (outras características serão vistas mais adiante).

Os aspectos examinados até aqui permitem identificar uma grande região que apresenta características semelhantes, com um processo de formação social e econômica similar. E é esta região que, mesmo estando à margem do desenvolvimento econômico e social costumeiramente observado em municípios próximos, as capitais e/ou costa brasileira, e no anseio de buscar alternativas, consegue demandar e conquistar uma universidade federal. No entanto, antes de verificar como que esta universidade pode contribuir com o desenvolvimento, cabe

discutir o desenvolvimento regional e, conseqüentemente, as desigualdades entre as regiões.

Desenvolvimento é um dos termos mais utilizados na atualidade, embora nem sempre se tenha clareza do que esta palavra representa. Para Esteva (2000), durante muito tempo “evolução” e “desenvolvimento” eram tratados como sinônimos. A ideia de que desenvolvimento representa progresso é amplamente aceita. Buscando não se aprofundar em excesso sobre esta questão, entende-se, para efeitos deste trabalho, que desenvolvimento representa uma melhoria, isto é, uma mudança positiva sobre alguma dimensão (econômica, social, ambiental, entre outros) em determinado período de tempo.

Muito possivelmente esta melhoria não significa que apenas uma dimensão pode ser beneficiada, pois outros aspectos também são afetados pela existência de determinado fenômeno. Todavia, é provável que a melhoria em uma dimensão acarrete piora em outra. Se poderia ocorrer certo desenvolvimento econômico, a dimensão ambiental seria prejudicada. Ademais, o termo desenvolvimento se estende a outras áreas do conhecimento, como político, institucional, cultural, entre outros.

Quanto a região, este é outro termo em que não há uniformidade em relação à definição. O que norteia o entendimento conceitual de região geralmente condiz com sua área de estudo. Frequentemente utilizado na geografia, o termo passou a ser investigado em outras ciências, como Economia e Ciência Política. A questão regional é muito utilizada nas esferas político-administrativas, cujos critérios para a regionalização são diversos e nem sempre coincidentes entre uma área e outra. Isso não diminui sua importância, ao contrário. Para Santos,

A região torna-se uma importante categoria de análise, importante para que se possa captar a maneira como uma mesma forma de produzir se realiza em partes específicas do Planeta ou dentro de um país, associando à nova dinâmica às condições preexistentes. (SANTOS, 1994, p. 47).

Especificamente na economia, o termo região serve para diferenciar as atividades produtivas que existem naquele espaço geográfico. Obviamente isso não significa que estas relações só existam naquela região, mas serve para identificar que há intensidade de determinadas atividades econômicas ali existentes, e não mais nas áreas geográficas contíguas. Convém ressaltar que mesmo buscando vincular o termo somente à economia, difícil conceituá-lo sem utilizar os recursos da geografia. Oliveira aprofunda a discussão de região sob a ótica econômica ao afirmar que regiões são meramente espaços socioeconômicos em que

[...] uma das formas do capital se sobrepõe às demais, homogeneizando a “região” exatamente pela sua predominância e pela conseqüente

constituição de classes sociais cuja hierarquia e poder são determinados pelo lugar e forma em que são *personas* do capital e de sua contradição básica. (OLIVEIRA, 1981, p. 30, grifos do autor).

A discussão até aqui permite considerar uma ideia a respeito do desenvolvimento regional. Este representaria um progresso, uma melhoria, ocorrida ao longo do tempo, em determinada região. Esta melhoria normalmente acaba sendo identificada sob o viés da dimensão econômica, mas não se restringe a ela. E este processo pode acarretar consequências positivas e/ou negativas sobre as outras dimensões. É esta concepção que orienta este estudo. Sobre o termo desenvolvimento regional, diversas teorias têm sido construídas ao longo do tempo. Mesmo que seja inviável revisitar todas estas vertentes, uma síntese é descrita a seguir.

A discussão teórica sobre o desenvolvimento das regiões trazia, inicialmente, a ideia das teorias locacionais. Para Liberato (2008), as principais contribuições vieram de Von Thünen (1826: teoria da localização – distância resultado da relação produção e consumo); Weber (1909: custos de produção – localização industrial); Christaller (1933: teoria dos lugares centrais) e Lösch (1940: demanda – áreas de mercado). Estas teorias, de caráter quantitativo, foram sintetizadas por Isard nos anos 1950, no impulso da “Ciência Regional” (GOULARTI FILHO, 2008). Em seguida, surgiram as contribuições teóricas estruturalistas, por meio de Perroux (1955: polos de crescimento); Myrdal (1956: causação circular cumulativa) e Hirschmann (1958: efeitos de encadeamentos).

Posteriormente, a teoria da dependência e a teoria da relação centro-periferia discutiram o desenvolvimento regional. Para Liberato (2008), essas correntes teóricas entendiam que as regiões eram consequências de processos hierárquicos e assimétricos, influenciadas por fatores exógenos. Recentemente ganhou força a perspectiva endógena acerca do desenvolvimento regional. Para Amaral Filho (2001), o entendimento do desenvolvimento “de baixo para cima” reconheceria as potencialidades econômicas locais/regionais.

Entretanto, tal perspectiva sobrevaloriza os recursos locais, como se fosse possível que a simples identificação de potencialidades locais e a articulação dos sujeitos sociais ali existentes promoveriam o desenvolvimento regional. Brandão registra esta crítica ao asseverar que

Uma grande parte dessa produção intelectual exagera na capacidade endógena de determinado território para engendrar um processo virtuoso de desenvolvimento socioeconômico, replicar as características exitosas de outros casos e, dessa forma, acaba por subestimar os enormes limites colocados à regulação local. (BRANDÃO, 2012, p. 39).

Ainda para Brandão, o engajamento ao pensamento do desenvolvimento endógeno ignora os conflitos locais, como se não existissem lutas de classes, além de mitigar a ação e importância do poder público. As abordagens endógenas passaram a ser utilizadas no Brasil nos anos 1990 e início dos anos 2000, diante da ideia de redução do papel do Estado. Este movimento perdeu um pouco de sua força a partir de 2003, quando o Estado voltou a considerar as políticas públicas de caráter regional. Essa condição pode ser observada pela criação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), em 2003¹.

Cabe ainda destacar outra perspectiva teórica que contempla o desenvolvimento regional: a discussão sobre o desenvolvimento geográfico desigual. Embora o desenvolvimento desigual já tivesse sido objeto de análise por Marx (1996), Lenin (1982) e Trotsky (1977); as contribuições mais recentes, tais como Smith (1988) e Harvey (2006), abordando o desenvolvimento geográfico desigual, auxiliam a compreensão das desigualdades regionais.

Smith considera que o desenvolvimento desigual é intrínseco ao modo de produção capitalista. A própria reprodução do capital criaria diferenças no espaço geográfico, a ponto de afirmar que “O desenvolvimento desigual é, no mínimo, a expressão geográfica das contradições do capital.” (SMITH, 1988, p. 217). A desigualdade se daria como consequência dos movimentos do capital, pois este, na busca por lucros cada vez maiores, movimenta-se das regiões mais desenvolvidas para regiões menos desenvolvidas (vaivém do capital).

Harvey (2014) vai aprofundar a abordagem teórica de Smith. Para ele, sem o desenvolvimento geográfico desigual, e suas contradições, o capitalismo não avançaria. O autor entende que “Os efeitos geográficos irregulares em todas as regiões ou estados são registrados como um desenvolvimento geográfico desigual” (HARVEY, 2006, p. 94). E o desenvolvimento geográfico desigual é resultado da reprodução do capital. Dessa forma, a busca por maiores lucros faz com que o capital crie e/ou eleve as desigualdades regionais.

A teoria do desenvolvimento geográfico desigual auxilia a compreensão das desigualdades regionais observadas entre a MGFm e as outras mesorregiões do Sul do país. A busca por iniciativas que promovam o desenvolvimento regional visa atenuar as desigualdades desta mesorregião para com as demais. Assim, a demanda por uma universidade federal, pública e gratuita, vai ao encontro dos anseios da comunidade regional. E essa pretensão só existe porque há desigualdades regionais. Neste contexto, faz-se necessário examinar a universidade enquanto instituição capaz de contribuir com o desenvolvimento regional.

¹ A PNDR seria implementada apenas em 2007. No entanto, diante do insucesso desta política pública, em 2013 foi criada a Nova PNDR, ainda não implementada.

A universidade

Originada nos fins da Idade Média, e mesmo vinculada à Igreja Católica, a universidade permitia desde seu início discussões públicas, as quais integravam a formação (LIMA, 2012). Contudo, o vínculo com a Igreja Católica manteve o caráter conservador da universidade até o século XVIII (ALMEIDA FILHO, 2008). Reformas universitárias, ocorridas a partir do século XIX, promoveriam grandes transformações. Para Ribeiro (1969), a universidade abandonaria a inspiração escolástica para se aproximar do saber científico e tecnológico, aproximando-se dos efeitos da Revolução Industrial.

Sobre as universidades brasileiras, estas podem ser públicas ou privadas. Conforme o Ministério das Relações Exteriores (MRE) (2017), as universidades públicas são aquelas financiadas pelo Estado, podendo ser federais, estaduais ou municipais e se caracterizam pela gratuidade do ensino. Já as universidades privadas podem ser com ou sem fins lucrativos. As universidades com fins lucrativos são sustentadas por entes privados e visam lucro, enquanto as sem fins lucrativos podem ser beneficentes (que possuem Certificado de Assistência Social), não beneficentes e especiais (criadas por lei estadual ou municipal e não gratuitas).

Uma outra diferenciação se refere às universidades estatais ou não estatais. A universidade estatal seria uma instituição pública, enquanto a não estatal seria uma instituição privada. Entretanto, é necessário um aprofundamento nesta questão para diferenciar a universidade estatal da universidade pública. Para Sguissardi (2005), por exemplo, a forma de financiamento e da administração é que vai apontar se a universidade pública é estatal ou não. Essa concepção vai ao encontro da ideia de Bresser-Pereira e Grau (1999), a qual considerava que o público não estatal estaria em expansão nos anos seguintes. Tal perspectiva encontra ressonância quando, por exemplo, amplia-se a utilização de fundações privadas em parceria com as universidades públicas brasileiras.

Neste sentido, as universidades públicas possuem vital importância para efetivamente alterar a estrutura da sociedade: a sua independência da visão mercadológica do ensino superior e sua capacidade de investigação. Leopoldo e Silva interpreta desta forma ao argumentar que:

E por não estar limitada pelas injunções do mercado que a universidade pública pode cumprir o seu papel histórico e social de produção e disseminação do conhecimento, e também manter com a cultura uma relação intrínseca que se manifesta numa possibilidade de reflexão que foge aos moldes do compromisso imediatamente definido pelas pressões de demanda e consumo. (LEOPOLDO E SILVA, 2001, p. 299).

A universidade viria para o Brasil somente no início do século XX (ALMEIDA FILHO, 2008). Além de tardiamente, outra particularidade elementar marcaria a universidade brasileira: nas palavras de Silva Filho, “O ensino superior brasileiro nasceu com características coloniais e de elite.” (SILVA FILHO, 1977, p. 21). Quando se observa a distribuição geográfica das universidades públicas federais, a afirmativa desse autor faz todo sentido.

Há universidades maiores, consolidadas, que possuem maior destaque entre as universidades nacionais e internacionais. Comumente, estão localizadas nas capitais brasileiras ou nos grandes centros urbanos. Desse modo, a universidade brasileira estaria localizada em áreas que explicitamente atenderiam as demandas das elites locais. Por outro lado, mais recentemente surgiram novas universidades federais brasileiras em regiões menos importantes política e economicamente. Desta forma, é possível considerar a existência de um propósito diferente entre estas instituições. E isso implica numa reflexão sobre a universidade, seu papel e sua relação com a sociedade.

Ao longo de séculos, a universidade se manteve como uma instituição sólida e de grande prestígio, intitulada até como “Torre de Marfim” (MINOGUE, 1981; TREMBLAY, 2011). A concepção sobre o que vem a ser a universidade se altera ao longo do tempo. Não cabe aqui fazer todo este resgate, mas uma das sínteses mais precisa é a de Santos (1989), para quem a universidade é “[...] uma instituição única, relativamente isolada das restantes instituições sociais, dotada de grande prestígio social e considerada imprescindível para a formação das elites.” (SANTOS, 1989, p. 17).

A ideia a respeito da universidade não é homogênea ao longo da história e nem se configura como uma harmonia atualmente. Minogue (1981), por exemplo, é cauteloso quanto à aproximação entre universidade e sociedade. Para ele, as universidades “[...] perdem sua identidade acadêmica toda vez que se engajam em causas políticas ou sociais, mesmo que algumas delas (como muitas causas progressistas) se apresente em termos aparentemente adequados.” (MINOGUE, 1981, p. 85). Embora ele admita mais adiante que a universidade influencia e é influenciada pelo contexto social.

Sob outra ótica, há intelectuais que entendem que a universidade tem um papel primordial para o desenvolvimento social. Ribeiro (1969) e Santos (1989) já registraram isso, mas há outros autores que vão além. Para Ricken (1986), a universidade pode contribuir para a resolução dos problemas sociais. Vieira *et al.* (2011) considera que os pesquisadores universitários, ao se articularem com autoridades e atores da sociedade civil, podem construir importantes alternativas para a sociedade. Para Almeida Filho (2008), a universidade é essencial para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro.

Logicamente, é bastante aceitável considerar que as universidades diferem umas das outras quando se trata da discussão a respeito do desenvolvimento regional. Parece

bastante razoável considerar que este comprometimento vai depender da universidade em questão. Afinal, algumas podem funcionar baseadas na realidade regional, enquanto outras estão voltadas para pautas globais.

Entre os elementos que vão influenciar os efeitos de uma universidade sobre o desenvolvimento, o perfil da região em si é um dos principais. Afinal, as características socioeconômicas da região, a oferta de ensino superior, a distância dos grandes centros urbanos, além de outros atributos regionais, são fatores primordiais deste fenômeno. Mas não é só isso: Leclerc sugere que ao reunir uma gama de profissionais talentosos, “[...] muitos professores e membros da direção dessas universidades regionais fazem parte dos conselhos administrativos e de comitês de grande número de organizações econômicas, sociais e culturais do lugar.” (LECLERC, 1986, p. 23). E isto implicaria diretamente na dimensão econômica regional, pois, para o autor, haveria um impacto direto na economia da região.

Diante da considerável desigualdade existente entre as regiões do território brasileiro, essa discussão universidade – desenvolvimento regional é vital. Afinal, os efeitos das atividades universitárias sobre as regiões em que estão inseridas provocariam efeitos expressivos. Dentre estas possibilidades poderiam se destacar a formação qualificada da força de trabalho, produção de conhecimento aplicado à realidade regional, pesquisas que resultariam em novos produtos ou melhoria nos processos produtivos, elevação nos investimentos públicos e privados, acolhimento de diversas demandas sociais, entre outros.

Obviamente, para que estes resultados sejam possíveis, a universidade precisa executar muito bem aquilo que se propõe. Isto é, o ensino de graduação e pós-graduação deve ser de alta qualidade e concatenado com as demandas regionais/nacionais. A pesquisa deve ser estimulada e fomentada pela universidade, buscando garantir que os investigadores tenham condições de trabalho e financiamento adequado. E a extensão precisa estar próxima da realidade regional, comprometida com a sociedade e permitindo uma articulação recíproca entre a comunidade acadêmica e a população da região.

Mesmo que existam diferentes concepções entre a proximidade da universidade com a sociedade regional, como a crítica de Minogue (1981) ou a proposição de Leclerc (1986), é possível que a universidade se mantenha como uma instituição diferenciada e comprometida com a região. Alves (1980) contribui com esta percepção ao registrar que “Ao apoiar áreas prioritárias ao desenvolvimento regional, a universidade precisa ter plena consciência de que sua maturidade está na dependência de seu fortalecimento na maioria das áreas do conhecimento.” (ALVES, 1980, p. 112).

Após as considerações sobre a MGF, a discussão sobre o desenvolvimento regional e desenvolvimento desigual e um breve resgate sobre a universidade, cabe agora analisar esta relação universidade – desenvolvimento regional frente à atuação

da UFFS. Afinal, há diversos apontamentos que sugerem que o desenvolvimento das atividades universitárias contribui com o desenvolvimento da região. A UFFS surge diante da preocupação da população que habita a mesorregião quanto ao seu futuro. Neste sentido, a próxima seção trata dos compromissos assumidos, das expectativas com a implantação da UFFS e dos desafios para que esta contribua com o desenvolvimento regional.

UFFS e os desafios frente ao desenvolvimento regional

O MPUF, quando criado, buscava atender demandas de segmentos da população historicamente marginalizados, especialmente o ensino público superior. Para além disso, outros efeitos eram esperados como, por exemplo, repercussões positivas sobre a região. E essa questão é manifesta na própria lei de criação da UFFS, em seu artigo segundo, o qual indica que “A UFFS terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional mediante atuação *multicampi* [...]” (BRASIL, 2009, grifos no original).

A menção a inserção regional e o destaque para a atuação *multicampi* aponta claramente o compromisso, registrado em lei, da universidade e sua consonância com as pretensões da comunidade regional. A preocupação com o desenvolvimento regional aparece, também, no próprio estatuto da UFFS. Em seu artigo 6º, que trata dos princípios da UFFS, o inciso XII assevera “desenvolvimento cultural, artístico, científico, tecnológico e socioeconômico regional e nacional, de forma sustentável” (UFFS, 2015, p. 6). No mesmo artigo, inciso IV, outro princípio se destaca: o enfrentamento às desigualdades sociais e regionais (UFFS, 2015). No artigo oitavo, ao elencar os objetivos da instituição, a preocupação com a questão regional é novamente mencionada:

VI – Desenvolver programas e projetos de ensino, de pesquisa e extensão articulados com as demandas regionais e nacionais; VII – formar profissionais em diferentes áreas do conhecimento aptos a se inserirem nos setores profissionais no âmbito regional e nacional (UFFS, 2015, p. 7).

Essas referências à questão regional demonstram a centralidade desta no desenvolvimento das atividades universitárias. O registro no estatuto da instituição aponta, explicitamente, a preocupação com o desenvolvimento regional e sinaliza a conduta que a universidade deverá seguir. Porém, há outros sinais que denotam a importância da questão regional para esta universidade. Um exemplo disso é a existência do Conselho Estratégico Social (CES). Conforme o texto do artigo 46 do estatuto da UFFS:

O Conselho Estratégico Social (CES) é um órgão consultivo da UFFS, que tem por objetivo contribuir com o desenvolvimento da UFFS como instituição de educação superior pública e popular, inserida regionalmente, e comprometida com a produção e a disseminação dos conhecimentos social e ambientalmente relevantes. (UFFS, 2015, p. 21).

Dentre suas competências, o artigo 47 destaca a possibilidade de propor ações voltadas à inserção da universidade nas regiões, os serviços que devem ser disponibilizados à população mais carente e a ideia de promover debates e estratégias condizentes as necessidades das regiões (UFFS, 2015). O CES é um diferencial desta universidade em relação às demais universidades federais. Sua composição baseia-se na participação de pessoas que representam entidades, sindicatos, movimentos sociais e outros sujeitos da comunidade regional. Assim, a população da região em que a UFFS está inserida tem a possibilidade de participar de discussões que afetam o funcionamento da universidade como um todo.

Em cada *campus* da UFFS existe ainda o Conselho Comunitário. Ele possui o caráter de ser consultivo, sendo que a maioria dos conselheiros são oriundos da representação regional, nos moldes do CES (UFFS, 2015). Os Conselhos Comunitários indicam representantes não só no CES, mas também nos Conselhos de *Campus*. Estes, por sua vez, são órgãos intermediários da UFFS, porém são instâncias consultivas e deliberativas no âmbito de cada *campus* universitário da universidade (UFFS, 2018). E o CES indica representantes para o Conselho Universitário (Consuni), órgão colegiado superior da UFFS. Portanto, a comunidade regional possui assento no órgão de maior instância da universidade.

Ao se examinar o Regimento Geral da UFFS (2016), observa-se que, em seu artigo 74, a comunidade universitária é composta pela comunidade acadêmica (docentes, discentes e técnico-administrativos) e pela comunidade regional. A comunidade regional representa a população da MGFM e seu entorno. Dessa maneira, a população, por meio de seus representantes (sujeitos sociais que constituíram o MPUF), integra a comunidade acadêmica.

A UFFS também inova ao permitir que a comunidade regional participe das consultas para escolha de seus dirigentes. No artigo 13 do Regimento Geral, têm-se que “O Reitor e o Vice-Reitor são nomeados pelo Presidente da República, a partir de lista tríplice elaborada pelo Consuni, após a consulta a comunidade universitária, na qual os segmentos de peso paritário.” (UFFS, 2016, p. 7). No artigo 27 tem-se que o diretor de *campus* é nomeado pelo reitor, mediante indicação do Conselho de *Campus* após a consulta a comunidade universitária.

Isso significa que a comunidade regional participa da consulta para definição dos diretores de *campus* e reitor/vice-reitor com 25% dos votos. Indubitavelmente, esta condição mostra um caráter diferenciado, indicando a importância que a comunidade regional possui para a UFFS. Esta é uma peculiaridade da instituição

que não só reforça o compromisso com a questão regional, como permite que a sociedade participe de diversas atividades acadêmicas.

Dessa maneira, é inegável que o surgimento da UFFS, seus documentos fundantes e suas diretrizes apontam claramente para uma preocupação com a região em que está inserida. Contudo, esta preocupação e missão não basta para que a universidade possa ser efetiva quanto ao desenvolvimento regional. Faz-se necessário o exame das condições atuais para que a UFFS. Nesse sentido, convém identificar os cursos ofertados atualmente.

Tabela 1 – Número de cursos ofertados pela UFFS, por *campus*, 2019

<i>Campus</i> /Estado	Graduação	Pós-Graduação* (<i>lato sensu</i>)	Mestrado (<i>stricto sensu</i>)	Doutorado
Cerro Largo /RS	7	6	3	-
Chapecó/SC	13	6	6	1**
Erechim/RS	11	9	4	1**
Laranjeiras do Sul/PR	11	4	2	-
Passo Fundo/RS	1	-	-	-
Realeza/PR	6	4	1	-

*Em andamento ou concluídos; ** Na modalidade Doutorado Interinstitucional.

Fonte: elaborado pelo autor, conforme dados disponibilizados no sítio da UFFS (UFFS, 2019).

Conforme dados da Tabela 1, a UFFS conta atualmente com 49 cursos de graduação, 29 especializações *lato sensu*, 16 cursos de mestrado e dois de doutorado (DINTER), além de duas residências médicas (em Passo Fundo/RS e em Chapecó/SC). A existência de diferentes cursos, de distintas áreas do conhecimento, distribuídos em três unidades da Federação, permite dimensionar a complexidade da universidade em questão. Ademais, a construção de obras de infraestrutura (salas de aula, laboratórios, setor administrativo, restaurantes universitários, entre outros) ocorreram ao mesmo tempo em cinco² *campi* diferentes, em três distintos estados.

Mas, para além desta questão, outros desafios parecem surgir diante da missão em desenvolver as regiões. E um primeiro desafio é justamente o formato *multicampi* em que a universidade está organizada. Não bastasse a distância entre os *campi* (o trecho maior é entre Cerro Largo/RS e Laranjeiras do Sul/PR, a qual é superior a 550 km), outras questões são divergentes. Por exemplo, as agências estaduais de fomento à pesquisa possuem suas especificidades. As políticas estaduais de desenvolvimento

² O campus Passo Fundo foi instituído mais tarde, em virtude da oferta do curso de Medicina.

regional, e conseqüentemente seus impactos sobre as regiões em que a UFFS está presente, também são específicas.

Outro elemento que dificulta as ações da universidade diz respeito à burocracia, embora este fator afete também as demais universidades federais. E esta burocracia pode estar relacionada, inclusive, com o perfil dos servidores da UFFS. Embora a instituição possua características de proximidade com a sociedade regional e possua preocupação com o desenvolvimento destas regiões, a formação técnica dos servidores da UFFS pode não estar concatenada com a necessidade da universidade. Isto significa apontar que os servidores, muitos possivelmente vindo de outras regiões do país, não possuam identidade com o local em que atuam.

Um aspecto adicional se refere aos cursos de graduação. Ainda que a UFFS ofereça 49 cursos ao todo, apenas os *campi* de Chapecó, Erechim e Laranjeiras do Sul oferecem mais de 10. A possibilidade de elevar o número de cursos depende, sobretudo, da existência de recursos que permitam a contratação de novos servidores, investimento em infraestrutura, entre outros. Ademais, é indispensável que a universidade passe a oferecer também cursos de doutorado, embora seja plausível considerar que os cursos de mestrado apontem para este sentido.

Aliás, a questão de recursos é, sempre, preocupante. A contenção de gastos e a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016 determinou o congelamento dos gastos públicos pelos próximos 20 anos (BRASIL, 2016). Se não bastasse tal medida, houve corte de gastos em diversos setores, sendo a educação um dos orçamentos com maior redução. Isso se reflete na execução das mais diversas atividades e projetos, nomeadamente recursos destinados à pesquisa e extensão, realização de eventos científicos, parcerias e acordos internacionais, expansão universitária, dentre outros. Aliás, sobre expansão universitária, a alocação de recursos é crucial.

A conjuntura política e econômica, no entanto, é preocupante. Se não bastasse a EC 95 e o corte de gastos, não há sinais de recuperação econômica que permita a visualização de maiores investimentos no futuro. Pelo contrário, a aliança vencedora das últimas eleições presidenciais tem dado sinais de que podem ocorrer mudanças nas universidades federais brasileiras. Um dos projetos anunciados é o “Future-se” que indica maior autonomia financeira às instituições de ensino superior. Este projeto ainda se encontra em fase de construção, porém a forma de captar novos recursos poderá prejudicar as universidades e institutos federais mais novos, justamente a situação em que a UFFS se encontra.

Há, ainda, uma perspectiva que parece ser da maior relevância para que a UFFS possa cumprir com seus objetivos no tocante ao desenvolvimento regional: a relação entre a universidade e a sociedade. Muito embora a universidade garanta o assento de representantes da comunidade regional em seus principais conselhos e, também, na consulta para a escolha de seus dirigentes, isso pode não ser suficiente para que as demandas regionais sejam aceitas e incorporadas pela instituição. Obviamente que isso pode apontar para algumas reflexões.

A primeira delas seria até que ponto a UFFS pode atender as demandas da sociedade regional. Como já visto anteriormente, a MGFM historicamente se manteve à margem do protagonismo econômico e político. Pelo contrário, é plausível considerar que o Estado foi ineficiente quanto à inserção das microrregiões em suas economias estaduais. Por conseguinte, é provável a existência de diversas demandas que até hoje não foram atendidas ou, até mesmo, incluída nas agendas dos governos estaduais. Desse modo, é compreensível supor que a universidade dificilmente teria fôlego suficiente para atender estas demandas reprimidas.

Uma segunda se refere à força que a sociedade regional tem efetivamente dentro da comunidade acadêmica. Se no processo de escolha de seus dirigentes o peso dos votos é paritário, ele não se aplica ao Consuni e aos Conselhos de *Campus*. Estes, por sinal, seguem o artigo 56 da Lei 9.394 de 20/12/1996, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. O *caput* do artigo em questão discorre sobre os órgãos colegiados deliberativos, os quais poderão ser compostos por segmentos da comunidade institucional, local e regional. Contudo, em seu parágrafo único, a lei determina que “[...] os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais [...]” (BRASIL, 1996).

Desta forma, é muito improvável que a comunidade regional possua força, capacidade de articulação e coesão com a comunidade acadêmica a ponto de que suas prioridades passem a ser elencadas como prioridades da instituição. De fato, considerando a formação dos servidores da instituição, é presumível supor que as demandas da sociedade regional não tenham apelo suficiente. Isso não significa que o corpo docente e técnico-administrativo seja contrário ao desenvolvimento regional, mas pode indicar que suas prioridades são outras.

Uma terceira ponderação é a própria participação da comunidade regional. Diante das dificuldades observadas nas instâncias superiores da universidade e tendo em vista os obstáculos que enfrentam para que as demandas regionais sejam absorvidas pela instituição, é razoável que a própria comunidade acabe deixando de participar dos espaços universitários. Pode existir também a falsa ideia de que a conquista da universidade garante automaticamente o desenvolvimento da região. Essa visão pode até ser justificada pela injeção de recursos na economia local, mas seria uma ilusão e um grande equívoco acreditar que esta é a principal contribuição da universidade no desenvolvimento regional.

Na verdade, a universidade representa muito mais que este aumento no volume de recursos. Assim, para além do que foi elencado por Hoff, Martin e Sopena (2011), a universidade representa conhecimento, formação, articulação com entidades públicas e privadas, pesquisa, extensão, arte, cultura, vida! Enfim, embora compreensível, não se pode limitar a magnitude de uma universidade apenas sob o viés econômico. E isso coaduna com o desenvolvimento regional. Como já apontado anteriormente, apesar da dimensão econômica ser, muitas vezes, o cerne

da discussão acerca do desenvolvimento regional, este é multidimensional e, portanto, muito mais amplo que os resultados econômicos.

Esta interpretação equivocada da comunidade regional, de que a universidade está contribuindo com o desenvolvimento da região e que não se faz necessária a participação dos sujeitos sociais nos conselhos universitários, pode acarretar mudança no perfil da instituição. Isso porque as alterações em estatutos, regimentos, processos e prioridades institucionais são definidas pelo Consuni. A ausência da comunidade regional é um equívoco que pode custar o caráter diferenciado da UFFS. Afinal, os espaços universitários também são espaços de disputa, de poder. Abrir mão da participação dos conselhos pode implicar em derrota do projeto inicial que determinou a criação da universidade.

Por fim, existem outros temas de preocupação, tais como: possível rotatividade dos servidores (muito deixaram grandes centros e foram para municípios menores, com o tempo podem buscar remoção/redistribuição), debate sobre qualidade acadêmica – desenvolvimento regional, interesses políticos conflitantes, disputas internas contraditórias, inserção em todos os setores da sociedade regional, entre outros. De qualquer forma, é perceptível compreender que a criação da UFFS e sua implementação distribuída em seis microrregiões *per se* não será suficiente para que a MGFM se desenvolva.

Considerações finais

Este trabalho buscou examinar o compromisso da UFFS com o desenvolvimento regional, além de considerar possíveis adversidades para que a universidade cumpra com este objetivo. A MGFM, região que abriga os *campi* da UFFS, foi permanentemente excluída ao longo do tempo do protagonismo político e econômico dos estados do Sul do país. E esta situação levou à organização de sujeitos sociais pela busca por uma universidade federal pública e gratuita na região. Mesmo que a desigualdade da região com outras regiões do Sul seja inerente ao modo de produção capitalista, a alternativa foi visualizar que a universidade poderia ser a entidade transformadora da região, contribuindo com seu desenvolvimento.

A universidade continua sendo uma entidade ímpar, diferenciada. Mesmo com a existência de visões discrepantes sobre o papel da universidade e suas relações com a sociedade, é inegável reconhecer que esta instituição permanece forte e influente ao longo do tempo. E, com isso, acaba “naturalmente” dialogando e contribuindo com as questões da sociedade atual. Há universidades mais ou menos integradas às sociedades que as cercam, mas isso não impede que esta relação seja proveitosa. Neste sentido, a relevância da UFFS é ainda mais notável.

Resultante do MPUF e com o compromisso de contribuir com o desenvolvimento da MGFM, a UFFS possui características que comprovam sua relação com a

sociedade regional. A presença da comunidade regional em diversos espaços e conselhos da universidade reforça isso, embora tal vínculo esteja presente não só desde a criação da UFFS, mas, e principalmente, nos documentos bases da universidade, como o estatuto e o regimento geral da universidade. Portanto, sob a ótica da relação com a comunidade regional, a UFFS parece estar cumprindo com seus objetivos. Entretanto, esta relação não é suficiente para o desenvolvimento da região.

Há diversos desafios que a universidade deverá superar para cumprir com suas missões e objetivos. Este trabalho consistiu em alguns aportes iniciais sobre estes desafios, dos quais se destacam: o caráter *multicampi* da UFFS; a burocracia interna; a necessidade de expansão de cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* (o que demandaria novos investimentos); a conjuntura econômica do país (incluindo os efeitos da EC 95/2016); a relação entre a UFFS e a comunidade regional, entre outros.

Possivelmente, cada desafio pode ser aprofundado. Assim, novos estudos devem ser realizados buscando examinar nos pontos aqui elencados. A existência de novas investigações pode não só contribuir com as necessidades de ajustes institucionais, como também colaborar com o debate universidade – desenvolvimento regional. Ademais, existem outros fatores que podem ser identificados como desafios para que a UFFS cumpra com seus objetivos frente ao desenvolvimento da MGFM.

De qualquer forma, é visível a ideia de que a universidade, para contribuir efetivamente com o desenvolvimento geral, deve estar territorializada. Isto é, inserida no contexto da região, examinando suas vulnerabilidades e potencialidades e contribuindo, com projetos de pesquisa e extensão, para a superação das mazelas existentes (ainda mais numa região menos desenvolvida).

Independente de aspectos mais específicos, a MGFM necessita de transformações para que deixe a situação de vulnerabilidade socioeconômica observada antes da implantação da universidade. Caso a UFFS seja eficiente no ensino, na pesquisa e na extensão, a universidade não só respeitará os anseios da comunidade regional, que foi fundamental para a criação da universidade, como também contribuirá, conseqüentemente, com o desenvolvimento da MGFM e seu entorno.

Referências

ALMEIDA FILHO, N. de. Universidade nova no Brasil. In: SANTOS; B. de S.; ALMEIDA FILHO, N. de (Org.) **A Universidade no século XXI**: para uma Universidade Nova. Coimbra: Almedina, p. 107-259, 2008.

ALVES, U. Pesquisa acadêmica e desenvolvimento regional. In: **Seminário A universidade e o desenvolvimento regional**. Fortaleza: Edições UFC, p.110-117, 1980.

AMARAL FILHO, J. do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 23, p. 261-286, 2001. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/78/89>. Acesso em: 23 dez. 2017.

ATLAS BRASIL. **Consulta**. 2018. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>. Acesso em: 09 out. 2018.

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Emenda Constitucional N. 95**, de 15 de dezembro de 2016. Altera o ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 16 jun. 2017.

BRASIL. **Lei 12.029**, de 15 de setembro de 2009. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS e dá outras providências. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L12029.htm. Acesso em: 1 jun. 2017.

BRASIL. **Lei 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 nov. 2018.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; GRAU, N. C. Entre o Estado e o mercado: o público não estatal. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; GRAU, N. C. (Org.) **O público não estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, p. 15-48, 1999.

CORAZZA, G. Fronteira Sul: traços da formação econômica. RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. A. (Org.) **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Ed. UFFS, 2016. E-book.

DEMARCO, S. M.; MAIA, C. M. A Universidade Federal da Fronteira Sul: uma política pública em processo de implantação na perspectiva de uma construção

social e de interesses regionais. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, vol. 2, n. 2, p. 80-93, 2013. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd/article/view/3078/2096>. Acesso em: 6 jun. 2017.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. (Org.) **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, p. 59-83, 2000.

GOULARTI FILHO, A. A questão regional no Brasil: uma introdução ao debate. In: THEIS, I. M. (Org.) **Desenvolvimento e território: questões teóricas, evidências empíricas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

HARVEY, D. **Spaces of global capitalism**. London: Verso, 2006.

HARVEY, D. **Diecisiete contradicciones y el fin del capitalismo**. Quito: Editorial IAEN, 2014.

HOFF, D. N.; MARTIN, A. S. S.; SOPEÑA, M. B. Universidades e desenvolvimento regional: impactos quantitativos da Unipampa e Sant'Ana do Livramento. **Revista Redes**, vol. 16, n. 3, p. 157-183, 2011. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/1699>. Acesso em: 12 set. 2016.

LECLERC, M. A universidade de Quebec: um objetivo de acessibilidade e de regionalização. In: Seminário sobre universidade multicampi: "a universidade a serviço do desenvolvimento regional", 2, 1986, Salvador. **Atas...** Impresso nos serviços de reprografia da Université du Québec – jun. 1986.

LEOPOLDO e SILVA, F. Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 15, n. 42, p. 295-304, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000200015. Acesso em: 6 jan. 2017.

LIBERATO, R. de C. Revisando os modelos e as teorias da análise regional. **Caderno de Geografia**, vol. 18, n. 29, p. 127-136, 2008. Disponível em: http://www1.pucminas.br/documentos/geografia_28_notas01.pdf. Acesso em: 8 abr. 2016.

LIMA, E. F. **A contribuição do ensino superior ofertado pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul no desenvolvimento regional do estado no período de 1996-2007**. 2012. 157f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MI. **Grande Fronteira do Mercosul**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2017. Disponível em:

http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=2791b4ac-40df-4fe2-b44f-6a05542052c0&groupId=63635. Acesso em: 2 jun. 2017.

MINOGUE, K. **O conceito de universidade**. Brasília: Ed. UnB, 1981.

MRE. **Denominações das Instituições de Ensino Superior**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2017. Disponível em:

http://www.dce.mre.gov.br/nomenclatura_cursos.html. Acesso em: 11 nov. 2017.

OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste**. Planejamento e conflito de classes. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

RIBEIRO, D. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1969.

RICKEN, I. A universidade a serviço do desenvolvimento regional. In: Seminário sobre universidade multicampi: “a universidade a serviço do desenvolvimento regional”, 2, 1986. Salvador. **Atas...** Impresso nos serviços de reprografia da Université du Québec – jun. 1986.

SANTOS, B. de S. Da ideia de universidade à universidade de ideias. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 27-28, jun. 1989.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SGUISSARDI, V. Universidade pública estatal: entre o público e o privado/mercantil. **Educação & Sociedade**, vol. 26, n. 90, p. 191-222, 2005. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 11 nov. 2017.

SILVA FILHO, A. L. da. **O papel da universidade no desenvolvimento regional**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1977.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Trad. E. A. Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

TREMBLAY, G.; VIEIRA, P. F. (Org.) **O papel da universidade no desenvolvimento local: experiências brasileiras e canadenses**. Florianópolis: APED: Secco, 2011.

TREVISOL, J. V. O ensino superior na Mesorregião Fronteira Sul: a implantação da UFFS. In: RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. A. **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Ed. UFFS, 2016. E-book.

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul. **Estatuto**. 2015. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consuni/2015-0031>. Acesso em: 6 jun. 2017.

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul. **Regimento geral**. 2016. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consuni/2016-0003>. Acesso em: 20 nov. 2018.

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul. **Cursos**. 2019. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/pro-reitorias/graduacao/cursos>. Acesso em: 11 out. 2019.

VIEIRA, P. F. *et al.* Universidade e desenvolvimento local: balanço da discussão. In: TREMBLAY, G.; VIEIRA, P. F. (Org.) **O papel da universidade no desenvolvimento local**: experiências brasileiras e canadenses. Florianópolis: APED: Secco, 2011.

Data de submissão: 23/06/2020

Data de aprovação: 28/09/2020

Revisão: Daniela Matthes (português), Anderson de Miranda Gomes (inglês) e Yanet María Reimondo Barrios (espanhol).

Luis Claudio Krajewski

Departamento de Economia / Universidade Federal do Paraná

Avenida Prefeito Lothário Meissner, 632 – Jardim Botânico

80210-170 Curitiba/PR, Brasil

Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-5003-9665>

E-mail: luisck@ufpr.br